

NORMAS PARA O ENVIO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS DE MONOGRAFIAS NA REVISTA DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - EDIÇÃO ESPECIAL

1. Normas para apresentação dos Trabalhos:

1.1. Identificação: Título da monografia, nome completo do autor, turma, titulação acadêmica e cargo ocupado, se for o caso.

1.2. Apresentação: Os trabalhos deverão ser inéditos (não-publicados) e originais, devidamente aprovados no Curso de Especialização Ordem Jurídica de Ministério Público, revisados gramaticalmente e diagramados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

1.3. Os trabalhos deverão ser exclusivamente sobre as disciplinas ministradas no Curso de Especialização Ordem Jurídica e Ministério Público.

1.4. Inscrição: As 5 (cinco) vias do trabalho impresso deverão ser colocadas em envelope lacrado, que conterá em sua parte externa, frontal.

2. Normas editoriais para publicação de artigos:

2.1. A Comissão Julgadora escolherá as 5 melhores monografias, ordenando-as por ordem crescente, as quais serão publicadas em Revista da Fundação Escola Superior do MPDFT .

2.2. A remessa ou publicação dos trabalhos não implicará remuneração a seus autores.

2.3. Os artigos publicados pela Revista da FESMPDFT poderão ser reimpressos, total ou parcialmente, por outra publicação periódica da FESMPDFT, bem como citados, reproduzidos, armazenados ou transmitidos por qualquer sistema, forma ou meio eletrônico, magnético, óptico ou mecânico, sendo, em todas as hipóteses, obrigatória a citação dos nomes dos autores e da fonte de publicação original.

2.4. As opiniões emitidas pelo autor em seu trabalho são de sua exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o pensamento da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

2.5. Os originais dos trabalhos publicados, bem como materiais gráficos que os acompanhem, não serão devolvidos a seus autores.

A Comissão Editorial da Revista da FESMPDFT permanece à disposição dos autores, a fim de orientá-los na preparação dos originais para publicação e reserva-se o direito de adequar o artigo às normas disciplinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), caso seja necessário.